

**JUSTIFICATIVA**

MENSAGEM Nº 013 /2025

Senhor Presidente,

Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores,

Considerando a necessidade de fixar o horário de funcionamento dos órgãos municipais do Poder Executivo de São Benedito, bem como, considerando que este Município não dispõe de jornada de trabalho de 300 horas, salvo o caso previsto no parágrafo terceiro do artigo 1º do presente Projeto de Lei.

Encaminho à apreciação dos estimados vereadores o presente projeto de lei para a devida aprovação, a fim de que possamos regularizar o horário de funcionamento dos órgãos municipais do Poder Executivo de São Benedito.

Paço da Prefeitura Municipal de São Benedito-CE, 18 de março de 2025.

Cordiais saudações,

SAUL LIMA  
MACIEL:9600  
2620397

Assinado eletronicamente  
digital por SAUL LIMA  
MACIEL:96002620397  
Data: 2025.03.26  
09:55:45 -60'00"

**SAUL LIMA MACIEL**  
**Prefeito Municipal**

**Câmara Municipal de São Benedito**  
**Aprovado(a) em Sessão Ordinária Realizada em**  
**Em: 03/04/2025**  
**Visto Presidente: [assinatura]**





Governo Municipal de  
**São Benedito**

**PROJETO DE LEI Nº 013 /2025**

**Procuradoria  
Geral**

**ESTABELECE O FUNCIONAMENTO  
DOS ÓRGÃOS DO PODER  
EXECUTIVO E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENEDITO**, Estado do Ceará, no uso das atribuições legais que lhe conferem a Lei Orgânica do Município de São Benedito, Estado do Ceará, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei.

**Art. 1º** Fica estabelecido que o horário de funcionamento dos órgãos municipais do Poder Executivo de São Benedito será fixado entre 6 (seis) e 18 (dezoito) horas, de segunda-feira a sexta-feira.

Parágrafo Primeiro – Ficam excluídos do art. 1º, os serviços dos profissionais da Secretaria de Saúde, dos Agentes de Trânsito, dos Agentes Patrimoniais, da Unidade de Acolhimento São Francisco, dos profissionais da Educação no âmbito do EJA (Educação de Jovens e Adultos), CEJA – Professor Expedito Fernandes e dos demais órgãos que têm atividades ininterruptas.

Parágrafo Segundo – Excepcionalmente, para atender a serviços de urgência, emergência ou de grande relevância, o chefe do poder executivo poderá convocar profissionais de outras áreas para atender às demandas.

Parágrafo Terceiro – Os serviços dos profissionais da Educação de Jovens e Adultos – EJA - deverão ser realizados por profissionais efetivos (concursados) que tenham jornada de trabalho de 300 horas mensais, em razão do direito adquirido com posse no cargo até 31 de dezembro de 2024, ou por profissionais do magistério ampliados ou contratados temporariamente.

**Art. 2º** - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Paço da Prefeitura Municipal de São Benedito-CE, 18 de março de 2025.

**Câmara Municipal de São Benedito**  
Aprovado(a) em Sessão Ordinária Realizada em  
Em: 02/04/2025  
Visto Presidente: [Assinatura]

SAUL LIMA  
MACIEL 9600262  
0397

Assinado digitalmente  
por SAUL LIMA  
MACIEL 9600262  
Data: 2025.03.18 09:34:50  
+08'00"

**SAUL LIMA MACIEL**  
**Prefeito Municipal**

**Câmara Municipal de São Benedito**  
EM 24 / 03 / 2025  
Maria Sthepany Martins  
RECEPÇÃO







## COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

### PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº013/2025 de autoria do Poder Executivo Municipal

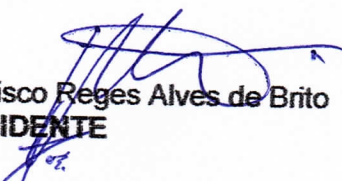
A Comissão de Justiça e Redação, reuniu-se no dia 03 de Abril 2025, a fim de apreciar o Projeto de Lei municipal nº013/2025, de autoria do Poder Executivo Municipal que: **"ESTABELECE O FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

### PARECER DO RELATOR

Que o Projeto de Lei municipal foi apresentado e lido em plenário na sessão ocorrida de 03 de Abril do corrente ano e em seguida encaminhada para esta Comissão: **"ESTABELECE O FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."** Analisando o presente Projeto de Lei municipal percebe-se que está de acordo com a Lei Orgânica do Município e que encontra-se apto quanto à constitucionalidade, legalidade, juridicidade e boa técnica legislativa. Assim, OPINO por sua APROVAÇÃO por parte deste Poder Legislativo.

### PARECER DA COMISSÃO

Após a análise, a comissão de Justiça e Redação VOTA por maioria com o parecer do Relator.


  
Francisco Reges Alves de Brito  
**PRESIDENTE**

A FAVOR



CONTRA



  
Franci Paulo Isaías Araújo  
**RELATOR**

A FAVOR



CONTRA



  
Alex Martins de Medeiros  
**MEMBRO**

A FAVOR



CONTRA

